

TORTURA E CONFIGURAÇÃO COLONIALISTA: UMA LEITURA “FANONIANA” DO LIVRO “TORTURA NA COLÔNIA DE MOÇAMBIQUE (1963-1974)”, E MAIS ALÉM

Muryatan S. Barbosa⁶⁶

Resumo: este artigo traz uma análise “fanoniana” do livro “Tortura na colônia de Moçambique (1963-1974)”. Para isto, inicialmente, define o que seria tal análise e explica a importância do livro em pauta. Posteriormente, procede a investigação propriamente dita, seguindo a hipótese de que a dita interpretação do problema da tortura no colonialismo, além de captar o fenômeno histórico ali tratado, lança luz para uma visão mais sistêmica da temática da tortura por si mesma, tratando-a como um elemento específico de toda “configuração colonialista”. Para Fanon, um todo maior, estrutural, que marcaria as relações entre povos conquistados e conquistadores, para além do colonialismo.

Palavras chave: Frantz Fanon – Tortura - PIDE – Moçambique – Descolonização.

Abstract: This article presents a "fanonian" analysis of the book "Torture in the colony of Mozambique (1963-1974)". For this, initially, it defines what this analysis would be and explains the importance of the book in question. Subsequently, the investigation itself proceeds, following the hypothesis that the mentioned interpretation of the problem of torture in colonialism, in addition to capturing the historical phenomenon addressed there, provide a systemic view of the subject of torture itself, treating it as a specific element of every "colonial configuration." For Fanon, a structural character of the relations between conquered and conquering peoples, beyond colonialism.

Keywords: Frantz Fanon – Torture – PIDE – Mozambique – Decolonization.

Sobre Fanon e o livro em análise

Este artigo traz uma análise “fanoniana” do livro “*Tortura na colônia de Moçambique* (1963-1974)”, publicado em 1977, pela editora Afrontamento (Portugal). Para isto, preliminarmente, faz-se necessário alguns esclarecimentos sobre dois pontos aí elencados: a) o que significa a análise proposta; b) o que é este livro e qual o contexto histórico em que ele está inserido.

66 Professor Adjunto do BCH/BRI-CECS da Universidade Federal do ABC.

Nos últimos anos, têm proliferado pesquisas acadêmicas que se dizem inspiradas no pensamento de Frantz Fanon (1925-1961). Em relação ao ponto específico do papel da tortura, vale destacar os trabalhos recentes de Paul Giroy (2010), Nicole Waller (2008) e Manar Hassan (2008). Este fato faz com que se faça ainda mais necessário qualificar o que se entende aqui por uma análise “fanoniana”.

Fanon tratou do problema específico da tortura em dois momentos. O primeiro foi no ensaio “*Argélia face a face com os torturadores franceses*”, originalmente publicado no jornal *El Moudjahid*, em setembro de 1957. Este foi posteriormente republicado no livro póstumo, “*Por uma revolução africana*”, de 1964. O segundo momento foi no capítulo final dos “*Condenados da terra*” (1961), sob título: “*Guerra colonial e distúrbios mentais*”. Trata-se, seguramente, da parte menos lida e conhecida deste livro célebre⁶⁷.

O primeiro ensaio é essencial para entender o ponto de vista do autor sobre o assunto. Em 1957, data de sua publicação, Fanon já havia se integrado a luta de libertação argelina, dirigida pela FLN. Era um intelectual orgânico desta. E, como parte de tal integração, ajudava a editar o jornal *El Moudjahid*, na Tunísia. Entretanto, vale dizer, o que estava ali colocado sobre a questão da tortura na guerra colonial argelina não era mero reflexo de sua aproximação ideológica desta causa. Entre 1953 e 1956, como médico psiquiatra que era, o autor trabalhou em diversas instituições e hospitais na Argélia. E lá tratou de pacientes que tinham passado especificamente pela tortura, tanto como torturadores, quanto como torturados. Ele tinha, portanto, experiência profissional e vivencial sobre o assunto. E é isto em que ele se baseia para escrever suas notas.

Neste ensaio, Fanon defende que a tortura, longe de ser uma exceção, era a regra de uma configuração colonialista, estruturada pela dominação policial, pelo racismo sistemático e por um processo de desumanização racionalmente perseguido (Fanon, 1994 [1964]: 64). Em suas palavras:

“A Revolução Argelina busca sem dúvida restaurar seus direitos à existência nacional. Isso, obviamente, testemunha à vontade do povo. Mas o interesse e o valor da nossa Revolução residem na mensagem de que ela é portadora.

67 Prevendo objeções a este parte do livro, o próprio autor escreveu: “*Abordamos aqui o problema dos distúrbios mentais originados na guerra de libertação nacional travadas pelo povo argelino. Talvez se julguem inoportunas e singularmente deslocadas neste livro estas notas de psiquiatria. Mas nada podemos fazer*” (Fanon, 2005 [1961]: 287).

As práticas verdadeiramente monstruosas que apareceram desde 1 de Novembro de 1954, são surpreendentes especialmente por causa da extensão em que elas se tornaram generalizadas. Na realidade, a atitude das tropas francesas na Argélia se encaixa em um padrão de dominação policial, de racismo sistemático e de desumanização racionalmente perseguida. A tortura é inerente a toda configuração colonialista (Fanon, 1994, p. 64)⁶⁸.

Vale dizer, conforme a colocação acima, a tortura não é a regra do colonialismo, mas de algo maior: a configuração colonialista. E isto fica evidente na forma como Fanon completa a frase acima:

“A revolução argelina, ao propor a libertação do território nacional, é voltada tanto para a morte desta configuração quanto a criação de uma nova sociedade. A independência da Argélia não é apenas o fim do colonialismo, mas o desaparecimento, nesta parte do mundo, de um germe de gangrena e de uma fonte de epidemia” (Fanon, 1994 [1964]: 64).

Ou seja, a tarefa maior da Revolução Argelina, que ele defendia, não era “apenas” derrotar o colonialismo. Mas destruir tal configuração colonialista, que, portanto, por lógica, deve ser entendida como algo maior que o colonialismo⁶⁹.

As palavras do autor são bem colocadas⁷⁰. Além de propor uma luta específica para tal revolução, ele se opõe a todos àqueles que, por ingenuidade ou cinismo, acreditavam que a tortura da polícia e das tropas francesas na Argélia era algo pontual. Em suma, exceções, como diziam os

68 Traduções realizadas pelo autor deste artigo.

69 O termo utilizado por Fanon em francês é “ensemble colonialiste”. Mantivemos o termo “configuração colonialista”, utilizado pelo tradutor da versão inglesa de 1994 (Haakon Chevalier), por acharmos que ele traduz bem este sentido original, em francês. Segue a citação original em francês:

“Les pratiques authentiquement monstrueuses qui sont apparues depuis le 1er novembre 1954 étonnent surtout par leur généralisation... En réalité, l’attitude des troupes françaises en Algérie se situe dans une structure de domination policière, de racisme systématique, de déshumanisation poursuivie de façon rationnelle. La torture est inhérente à l’ensemble colonialiste” (Fanon, 2001, pp. 74-75.).

Em nossa opinião, a tradutora da edição portuguesa da obra (Em defesa da Revolução africana, 1980), Isabel Pascoal, fez uma escolha ruim ao caracterizar o termo “ensemble colonialiste” por “todo colonialista” (Fanon, 1980, p. 71). Ao fazê-lo desta forma, inclusive, ela não captou a riqueza da frase seguinte, em que Fanon diz que o objetivo da revolução argelina não seria apenas promover a independência. Para ele, não se trata, tão somente, de destruir o “todo colonialista”. Trata-se de destruir a estrutura colonialista – a configuração colonialista - que se consolida com o colonialismo, mas que continua a existir para além dele.

70 Na verdade tratava-se de um esforço coletivo da equipe do *El Moudjahid*, como mostrou a secretária de Fanon à época, Alice Cherki (2006), em sua biografia do autor. Este trabalho coletivo minimizava a probabilidade de erros e interpretações dúbias.

“democratas” e “liberais” franceses que Fanon critica em diversos artigos⁷¹.

Enquanto fenômeno sistêmico, para o autor, a tortura tinha um papel fundamental no colonialismo, porque este não podia existir sem a possibilidade de violência contra o colonizado, por danos físicos, violações e massacres (Fanon, 1994 [1964]: 66). Mas, vale repetir, o colonialismo (dominação político-administrativa de um país sobre outro) é apenas uma forma da configuração colonialista. E, para deixar isto evidente, diz o autor: “*Torture is an expression and a means of the occupant-occupied relationship*” (Fanon, 1994 [1964]: 66). Ou seja, a tortura é a expressão e um meio das relações de conquistador-conquistado. Algo cuja origem foi o colonialismo, mas que existe para além deste.

Outro ponto destacado por Fanon neste ensaio merece atenção. Diz respeito à especificidade da tortura durante a guerra colonial. E isto é importante porque o livro aqui analisado – “*Tortura na colônia de Moçambique, 1963-74*” – se encaixa neste contexto. Trata-se de dois pontos primordiais. O primeiro é que, para o autor, a tortura torna-se cada vez mais cruel conforme a guerra anticolonial progride. Afinal, segundo ele, os torturadores, além de trabalharem cada vez mais, veem seus esforços tornarem-se vãos, com o avanço da luta pela independência nacional (Fanon, 1994 [1964]: 67). Em segundo lugar, diz o autor, desde que o exército francês passou a torturar na Argélia de forma sistemática (a partir de 1955), tentando dismantelar a luta de libertação nacional daquele país, ocorreu uma mudança qualitativa desta violência institucional. A tortura tornou-se profissional, ou, pelo menos, buscou tal profissionalização, tornando-se cada vez mais abjeta na busca de seu objetivo primordial: conseguir informações úteis da forma mais rápida possível. A tortura teria ganhado métodos, técnicas, instrumentos e mesmo filosofias novas (Fanon, 1994 [1964]: 68).

O autor aponta dois autores intelectuais de tal empreendimento: os agentes Lofrédo (superintendente em Argel) e Podevin (policia judicial de Blida, cidade argelina). Para fins posteriores, é importante apresentar os métodos de tortura defendidos por tais indivíduos. O método Lofrédo significa prender o indivíduo, mas não torturá-lo imediatamente. Tratar-se-ia de um “condicionamento por exemplo”. Neste, o preso é obrigado a presenciar a tortura e assassinato de outros presos de menor importância para os torturadores. Depois de este presenciar cinco ou seis mortes, se iniciam os verdadeiros interrogatórios. O método Podevin, segundo Fanon, seria o de torturar imediatamente o preso, de forma cruel. Neste momento não se faria qualquer pergunta. Só

71 Por exemplo: “French Intellectuals and Democrats and the Algerian Revolution” (1994 [1964]).

após cinco ou seis sessões destas começariam os interrogatórios. Uma coincidência entre os métodos deve ser salientada. Nos dois métodos, o interrogador mais ouviria do que perguntaria. A tática seria não dar “pistas” para as respostas. Assim, a esperança da tortura terminar é sempre adiada, na medida em que o torturado nunca sabe o que seus torturadores querem que ele diga. Com o passar dos anos, diz Fanon, o sistema vai se pervertendo, pois os torturadores acabando sem “acostumando” ao meio. Neste estágio, a tortura vai se tornando um fim em si mesmo (Fanon, 1994 [1964]: 68-69).

Uma explicação do porque isto aconteceria aparece nos *Condenados da terra* (1961), no capítulo já referido, pois alise têm uma análise psiquiátrica dos torturadores. Diz Fanon que conforme a tortura torna-se mais sistêmica e corrente, mais os indivíduos de personalidade sádica se destacam em seu trabalho, pois estes tem prazer em infligir dor ao Outro⁷². E, portanto, chegar ao objetivo de toda tortura: chegar o mais rapidamente possível ao limiar insuportável do sofrimento, em que todos os indivíduos tendem a falar aquilo que se pretende que ele diga. Esta é a lógica. E o melhor torturador é aquele que consegue fazer isto mais rapidamente, acobertado pela certeza da impunidade, por ser agente do Estado (Fanon, 2005 [1961]: 323).

A tortura institucional é, portanto, inerentemente desumana e cruel. Mas é também assassina. Não só pelos métodos em si. Mas também porque favorece o comportamento sádico, em que o torturador passa a matar as suas vítimas em vez de interroga-las. Neste sentido, nos *Condenados...* Fanon conta, por exemplo, a história de uma jovem francesa, sua paciente, que lhe disse que seus problemas psíquicos eram derivados dos gritos de tortura que ouvia em sua casa na Argélia. Isso porque, seu pai, tinha se tornado o maior torturador da região rural em que morava. E, sobre sua responsabilidade, naquela região, se matava mais de dez pessoas por dia! (Fanon, 2005 [1961]: 318). É um meio que se torna um fim.

Assim se resume a análise “fanoniana” da tortura. Trata-se de um fenômeno comum a toda configuração colonialista, derivado de uma relação de conquistador e conquistado, cujo colonialismo é o sistema paradigmático, mas não único. Trata-se, ademais, de uma prática intrinsecamente sádica e assassina, utilizada com forma de controle social pelos agentes do Estado. Este, enquanto presente na guerra colonial é quantitativa e qualitativamente alterado pelo ódio à resistência local e por métodos profissionais, o que implica conhecimento e técnicas especializadas.

72 Daí que Fanon fale da importância do estupro nesta estrutura colonial. O estupro é, eminentemente, um ato sádico. Ele permite a realização de uma vontade contra a Outra. Quanto mais dor ele conseguir causar em sua vítima, mais prazer o esturador terá no seu ato (Fanon, 1994 [1964]: 72).

Da Argélia a Moçambique

Não por acaso, boa parte do que Fanon ensina sobre a tortura na configuração colonialista e na guerra colonial é também indicado pelos editores de “*Tortura na colônia de Moçambique*” (Edições Afrontamento), na Introdução do livro.

Ninguém assina a referida edição. As Edições Afrontamento foram uma das editoras mais progressistas da história recente de Portugal, tendo inclusive atuado contra a Ditadura Salazarista, finda em 1974. Em 1977, quando da publicação do livro referido, a editora publicava cerca de trinta títulos por ano, sendo a maioria deste de conteúdo político. Aí, incluindo, por exemplo, textos de Amílcar Cabral (*Textos políticos*, 1974) e Samora Machel (*A luta continua*, 1974)⁷³. Só neste contexto anticolonialista, pós-Revolução dos Cravos, é que se pode imaginar a publicação de um livro como este.

O livro *Tortura...*, segundo seus editores, é “meramente” formado por depoimentos de presos políticos moçambicanos, que haviam sido encarcerados entre 1963 e 1974. Ou seja, no período da guerra colonial entre forças de libertação nacional, lideradas pela FRELIMO, e os colonialistas portugueses. Tais depoimentos teriam sido recolhidos por juristas portugueses em viagem ao país logo após a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974. A maioria teria sido anotada quando estes presos já haviam sido formalmente libertados, mas aguardavam transporte para saírem das cadeias e quartéis em que ficaram enclausurados, por muitos anos.

Tratam-se mais especificamente de setenta e dois depoimentos, que perfazem as cento e treze páginas do livro. São depoimentos terríveis, de pessoas aparentemente simples e aparentemente sem grandes ligações com a FRELIMO, do que eram acusados. Não se trata de uma leitura agradável, como o leitor pode imaginar. É importante observar que, aqui, não se fez pesquisas para comprovar a veracidade (ou não veracidade) de tais depoimentos. Não se fez nem se fará tal investigação. Em primeiro lugar porque, por uma questão moral e ética, não se pretende aqui questionar as vítimas de tamanhas brutalidades, pois se alguém deveria se explicar sobre o assunto não são eles, mas seus torturadores. E alguns deles talvez ainda estejam vivos e bem

73 Site das edições Afrontamento. Link: <http://www.edicoesafrontamento.pt/histoacuteria.html>. Consultado em 10/04/2017.

poderiam pagar por seus crimes. Em segundo lugar porque, metodologicamente, estamos de acordo com os novos rumos da bibliografia recente sobre história oral ou da tradição oral na história da África, no sentido de que não está aqui preocupado com a “objetividade” ou a “autoridade” destas. Trata-se, tão somente, de ouvir as vozes africanas⁷⁴. E, neste sentido, quanto menos mediações, melhor.

Mais voltemos ao ponto inicial. Quais são os paralelos entre a análise fanoniana⁷⁵ e aquela que os editores, de forma resumida, trazem em sua introdução aos depoimentos publicados em *Tortura...?* Para ambos, a tortura deveria que ser entendida de forma sistêmica, como parte da ordem colonial. E, por consequência, do maniqueísmo e do racismo daí derivados⁷⁶. Ambos também concordam que a guerra colonial mudou a tortura, que passou a ser mais violenta (conforme os combates prosseguiram) e “profissional”, buscando métodos e instrumentos novos. A impunidade para ambos era geral, e isto permitia a matança. Mas os editores são mais incisivos quanto à importância do racismo na tortura em tempos de guerra colonial (Editores, 1977: 8), embora isto também esteja presente em Fanon.

Muitos outros elementos estão presentes e não são citados pelos editores, e muito menos por Fanon, que não presenciou a realidade moçambicana sob dominação colonial portuguesa. Mas, antes disto, faz-se necessário uma síntese dos depoimentos para que se possa, posteriormente, analisar tais novidades e as experiências de tortura – argelina e moçambicana – de forma mais concreta e comparativa.

A maioria das pessoas reunidas no livro *Tortura....* foi presa nas cidades (ou nas redondezas) de Mueda, Lourenço Marques, Mocímboa da Praia e Quelimane⁷⁷, em Moçambique. As narrativas são muito parecidas, e aqui se fará um esforço de síntese⁷⁸. Mas as técnicas e métodos da tortura variavam conforme o local. Esse fato se mostrou mais importante do que a cronologia.

Em Mueda, no Norte, aparentemente, matava-se muito dentro e fora das cadeias e do quartel

74 Referência primordial: Luise White, Stephan F. Miescher, David W. Cohen (Eds.). *AfricanWords, Africanvoices: criticalpractices in oral history*(2001).

75 Sem aspas, pois já foi definido.

76 Embora, como dito, Fanon seja mais amplo neste sentido, pois ele fala em configurações coloniais e não apenas em situação colonial.

77 Outras cidades e regiões em que os depoentes contam terem sido torturados ou serem submetidos a trabalho escravo: Montepuez, Porto Amélia, Ponta Mohane, Manjacaze, Nangade, Nampula.

78 Como as narrativas são bem parecidas decidiu-se sintetizá-las sem citar depoimentos individuais. Mas elas serão importantes (e serão citados) quando tratarmos de variações ou particularidades que não estão presentes na maioria destas narrativas aproximadas.

local. Fora das cadeias, as matanças eram organizadas pela Direção Geral de Segurança (D.G.S, depois PIDE), pelo exército e pelos “flechas”⁷⁹. Estes reuniam as pessoas nas casas e botavam fogo nelas. Ir preso era sorte, pois podia-se sobreviver (Vicente, 1977: 48) . Segundo um depoente, em 30 de Setembro de 1964, por exemplo, houve um mal-entendido que levou a morte de dezenas de pessoas nas aldeias. Um sentinela teria atirado sem querer com sua própria arma, o que levou o exército a abrir fogo contra a população, pois se imaginou que era um ataque da FRELIMO. Após isto, teriam se iniciado as torturas mais pesadas nas aldeias, com enforcamentos, pessoas enterradas vivas etc (Francisco, 1977: 56-57). Pelo que se pode absorver dos depoimentos, na cadeia de Mueda, o número de mortes deveria ser enorme. Um preso recorda-se de treze mortos, nos poucos dias em que lá esteve (José, 1977: 69). Outro disse que foi preso com outras trinta pessoas, e depois de cinco dias só havia treze delas vivas.

Segundo os depoimentos, muitos destes presos eram queimados vivos. Costumava-se também praticar enforcamentos. Lá, em 1964, o administrador da DGS local chamava-se “Fernando”. Muitos citam o agente “Alferes Almeida”. Havia também o quartel de Mueda, onde o exército comandava a tortura. Aí o administrador era o “Sabino”. A tática deste era deixar os presos em pé durante vários dias, sendo espancados. Os interrogatórios seguiam então o “modelo Lofrédo”, em que o depoente era colocado ao lado pessoas mortas ou quase mortas, para que se sentissem mais dispostos a cooperar (Rafael, 1977: 65). Se este não o fizesse ia para as sessões de tortura - com “cavalos-marinho” e chicotes - e espancamentos. Os depoentes iam e vinham do quartel para a cadeia civil, e vice-versa. A comida era farinha e restos de peixe, com ossos e bichos. As celas eram tão lotadas que não se conseguia abri-las para colocar novos detentos. Pelo que se pode observar dos depoimentos, em Mueda, quem não confessa algo, morria. E quem dizia ser da FRELIMO era morto imediatamente.

Em Lourenço Marques a situação era igual ou pior. Lá, aparentemente, utilizava-se mais o “modelo” Podevin. A tortura era mais disciplinada. A cadeia da D.G.S. chamava-se Machava, e ficava na Avenida Pinheiro Chagas (Jaime, 1977: 84). Trabalhavam lá, entre outros, os agentes: “Acacio”, “Pereira”, “Rosa” (mulher), “ Rui Raposo”, “Oliveira”, “Samblano”, “Chão”, “Carlos Silva”, “Freitas”, “Aires Moreira”, “Lourenço”, “Pene”, “Ilídio dos Santos”, “Tapadinha”. O torturador mor, entretanto, era um tal de “Francisco Langa”, o “Chico Feio”. Este era auxiliado por

⁷⁹ Milícias africanas armadas que trabalharam a mando da DGS-PIDE em Moçambique durante a guerra colonial. Nesta época, estabeleceram o terror nas aldeias, praticando assassinatos, estupros e torturas barbaras. No livro *Tortura...* se relata uma destas. Tratava-se de furar as pessoas com facas, preencher os buracos com pólvora e colocar fogo (Mangua, Junissene, Augusto, 1977: 123).

“Alberto” e “Tesocola”. “Chico” torturava na “Kula”, uma sala de tortura sem janelas e com piso encerado em vermelho, para disfarçar o sangue. Na parede havia apenas uma torneira, que era usada para reanimar os infelizes que iam para tal inferno. Se não confessassem rapidamente, os presos iam logo para a “Kula”. Com o tempo, por volta de 1967, isto se tornou a regra. Lá eram despídos e torturados com palmatórias, “cavalos-marinhos”, chicotes e paus. Após isto, eram obrigados a ajoelhar num cabo de vassoura (por vezes, com pregos) e levantar pedras ou outros objetos pesados. Quando não aguentavam e soltavam eram violentamente espancados. Estas sessões demoravam em média três ou quatro horas. Se não confessassem algo, voltavam para a cadeia e depois retornavam para dar declarações na DGS. Na cadeia, passavam pela “dieta”, que consistia em ficar sem comer por vários dias/semanas. Praticamente todos os depoentes contam este roteiro. Isto podia durar meses. Vou poupar o leitor dos pormenores, mas vale dizer que este tratamento foi dado inclusive para uma mulher grávida que deu luz na prisão (Cossa, 1977: 23). Nem sempre confessar algo significava sair do sistema, pois os agentes podiam querer outras declarações. Não se podia confessar “errado”. Era preciso dar declarações “úteis”. E por não saber o que isto significava muitos morreram na “Kula”, o que o era considerado acidente de percurso.

Em Quelimane as torturas também eram violentíssimas. O agente “Teixeira” era ali o pior de todos. Matava muitos presos. Tinha um prazer especial em quebrar dentes, pois isto é algo que aparece em todos os depoimentos dos que foram pra lá. Ali, os espancamentos eram mais pessoais. Os agentes agrediam a esmo, especialmente os carrascos de nome “Teixeira”, “Lopes”, “Marcambo” e “Correia”. Logo que chegavam os presos eram espancados e asfíxiados, o que causava a morte de muitos. Os presos eram torturados em salas com outras pessoas, mortas ou inconscientes. Quando saiam das salas de tortura, nos banhos, os espancamentos continuavam. Era um lugar de barbaridades: enfiavam-se agulhas nas unhas, bebia-se sangue dos mortos, queimavam-se gente etc.

Em Mocímboa da Praia imperavam os agentes “André” e “Moura”. O administrador era o “Sabino” e o “Pinho”, posteriormente. O instrumental era o mesmo de outros lugares: régua de ferro, “cavalo marinho” e palmatória. Pelo que se relata, quase não se dava comida aos presos desta D.G.S. Os estrangulamentos foram costumeiros. E, por consequência, as mortes também. O depoente Namelo (1977: 48) conta que estava para ser enforcado, quando o administrador disse que não o fizessem porque era preciso poupar alguns para chegarem a Ibo (Ilha onde ficava a prisão central da D.G.S.).

Este era o quadro geral em Quelimane, Mueda, Lourenço Marques e Mocímboa da Praia. Não é de se estranhar que a grande maioria dos depoentes relata ter confessado qualquer coisa para não morrer nestes lugares. E os que não o faziam acabavam mortos, por realmente terem alguma ligação com a FRELIMO ou porque não sabiam como “confessar”, visto que eram do “mato” (e não entenderem as perguntas dos agentes) ou por terem ficado “loucos” na tortura. Isto, fora àqueles que morriam na própria tortura, por “acidente de percurso”. Dificilmente se ia para hospitais. E, quando se ia, eles não podiam ficar por lá muito tempo, pois quando a “doença era de porrada”, estes tinham que ir embora rápido (Rosa, 1977: 61).

Geralmente, as perguntas iniciais giravam em torno de cinco pontos: a) conhece a FRELIMO?; b) conhece alguém que conhece a FRELIMO? c) tem “cartão” da FRELIMO?; d) deu dinheiro ou foi em reuniões da FRELIMO? e) se conhece gente na Tanzânia⁸⁰? As duas primeiras perguntas eram absurdas, pois é difícil imaginar alguém que não tivesse pelo menos ouvido falar da FRELIMO em Moçambique entre 1963-2974. Mas isto não era importante. A questão era fazer o indivíduo falar alguma coisa sobre o assunto. A terceira pergunta comprometia o indivíduo sem volta. A quarta pergunta era feita para que o depoente se incriminasse ou dedasse alguém (melhor se fosse verdade, mas não precisava sê-lo). A quinta era específica e, assim como outras, servia para que o depoente assinasse confissões falsas. Quem confessasse muito rápido era um alvo fácil para novas perguntas, torturas e prontuários.

Em verdade, pelo que se pode observar dos depoimentos, boa parte dos interrogatórios levava a duas conclusões: a) ou o depoente “confessava” ter alguma “relação” com a FRELIMO (dado dinheiro, comprado cartão, participado de reuniões, levava informações); b) ou ele fazia delações pré-redigidas, indicando pessoas (muitos padres, por exemplo) que supostamente eram da FRELIMO ou os ajudavam diretamente. Em ambos os casos, segundo os depoentes, as confissões eram absurdas, e os próprios agentes e torturadores sabiam disto. Tanto que chamavam a cadeia de Machava, por exemplo, de “escola da FRELIMO” (Tembe, 1977: 101). Afinal, era preciso saber algo sobre a FRELIMO para poder dar depoimentos convincentes, que os agentes pudessem apresentar aos seus superiores como supostamente verdadeiros. Daí que a maioria dos depoentes tenha dito que quando resolviam “confessar” assinavam declarações pré-concebidas, que se quer eram lidas para eles.

80 Entre 1962 e 1985, a Tanzânia foi governada por Julius Nyereré, líder pan-africanista que foi um dos principais apoiadores da FRELIMO e da independência de Moçambique.

Aí se chega numa questão importante. O importante não era conseguir informações. Era “mostrar serviço”. Ou seja, “fechar os processos”, que eram abertos no nome dos agentes, quando estes levavam os depoentes para as prisões e os D.G.S.´s locais. De um modo geral, só após “fechar o processo”, é que os agentes enviavam os presos para a segunda fase do pesadelo: a Ilha de Ibo.

Ao que parece, a Ilha de Ibo era o próprio inferno na terra. Ela era comandada pela D.G.S. central. Quando lá chegavam, geralmente, os depoentes passavam alguns dias de fome. Após isto, se iniciavam os primeiros interrogatórios, com “kerekueo⁸¹” e outros instrumentos já relatados. Havia também a prática de choques elétricos nos órgãos genitais. O conteúdo e a intensidade destas torturas variavam conforme o prontuário do detento, escrito pelo primeiro agente da DGS. Provavelmente, não apenas em relação ao que o torturado já havia confessado, mas sobre outras questões que este colocava na ficha. Em particular, se este acreditava que o preso ainda tinha outras informações a dar ou não. As torturas eram comandadas pelo agente “Almeida” e seus seguidores, a mando do chefe “Borges” (Eduardo Evelino Borges).

Em Ibo havia uma cela enorme e outras menores. Ambas eram molhadas de madrugada, para que os presos não dormissem e ficassem expostos a maior quantidade de doenças. Na maior, há relatos de quatrocentos homens juntos. Não se podia usar roupas, apenas sacos. Estes, por falta de espaço, tinham que se revezar para dormir e se proteger de outros presos, que matavam e torturavam a mando dos carcereiros. Muitas vezes, estas divisões ganhavam tônica étnica, e isto era incentivado pelos carcereiros. Cita-se Macuas versus Macondes (Vingonbadi, 1977: 70).

As informações mais precisas de Ibo veem de um depoente que diz ter sido obrigado a trabalhar para os carcereiros na Ilha, na remoção de corpos da cadeia. Por dia, seriam cerca de vinte a trinta mortos. Quando morriam “apenas” quinze, segundo este, o chefe “Borgesse zangava, pois eram poucos”. E, quando eram “muitos”, o mesmo chefe distribuía pequenos presentes e mimos aos guardas e carcereiros (Simba, 1977: 77)!

Dois rituais aparecem em todos os depoimentos dos que foram a Ibo. O primeiro era o “banho de mar”. Isto significava que, todos os dias, os presos eram obrigados a mergulhar no mar e voltar correndo para a cadeia, num caminho cheio de espinhos no chão e formado por um “corredor polonês” (duas fileiras de espancadores, uma em que cada lado do caminho a ser percorrido). Quem caía podia ser espancado até a morte. O segundo era “matar a sede”. Isto significava ser obrigado a

81 Tira de pneu com madeira para servir de cabo (Macata, 1977: 26).

beber água no mesmo balde coletivo que anteriormente era utilizado para depósito de fezes e urina.

Os depoentes são unânimes em dizer que ali também a “comida” era péssima, quando existia. Não passava de restos de peixe podre, com ossos, espinhas e bichos.

Pouparei o leitor de mais detalhes. A passagem por Ibo costumava durar entre três meses e um ano. Após isto, para resumir uma história longa, os presos eram encaminhados para a terceira fase do pesadelo: a ida (ou volta) para prisões em que existia o trabalho forçado, como Machava, Ponta Mahone e Mabalane.

Neste último percurso, as torturas e matanças se iniciavam logo na viagem para estas localidades. No barco, as pessoas eram amontoadas no porão de “Luanda”, onde eram transportadas as dezenas. Um depoente disse que morreram trinta pessoas durante os oito dias de viagem que ele presenciou (Njota, 1977: 12). Os corpos eram jogados ao mar.

Os que chegavam vivos ao seu destino se tornavam mão-de-obra escrava para a D.G.S., ou para as polícias (Judiciária ou Segurança Pública), trabalhando na lavoura (arroz, amendoim, batata etc), na construção ou de forma particular, para os agentes da antiga PIDE (em seus negócios ou no trabalho doméstico). O termo que muitos utilizaram para isto é que eles eram “vendidos” para este ou aquele grupo. A pior situação devia ocorrer em Mabalane, onde se relata que o agente “Ribeiro” espancava seus “trabalhadores” e “aprendizes”. Lá se trabalhava entre cinco da manhã e cinco da tarde. Mesmo doentes eram obrigados a trabalhar. Ali, finalmente, os presos podiam receber visitas ocasionais e conversar com parentes. Ou melhor, se soubessem falar português, pois se não o soubessem tinham que ficar calados (Mausse, 1977: 80). Em Mabalane, especificamente, também eram visitados ocasionalmente pela Cruz Vermelha Internacional. Nestas ocasiões, eram obrigados a mentir que recebiam cuidados médicos e dinheiro por seu trabalho. Alguns ficavam por seis ou sete anos nesta situação.

As atrocidades aqui resumidas, e extensamente documentadas em *Tortura na colônia de Moçambique*, devem ser lidas por todos aqueles que têm dúvidas sobre a barbaridade da situação colonial, em todas as suas formas e contextos. Esta análise, entretanto, não avisa apenas alertar o leitor sobre este fato. Ela visa também trazer uma contribuição investigativa original sobre a temática.

“Na África não há Deus”

Segundo um dos depoentes, a frase acima foi dita por um dos seus torturadores, em Mocímboa da Praia, chamado “João Rui”. Pelo que se pôde observar da síntese aqui elaborada, este é o quadro que realmente foi pintado em Moçambique pela antiga DGS no período citado: assassinatos, torturas, espancamentos, e outras barbaridades aqui elencadas.

Alguns traços gerais podem ser resumidos. Nos principais centros locais da DGS encontrados no livro *Tortura...* (Mueda, Mocímboa da Praia, Quelimane, Machava), a tortura era realizada de forma bárbara, com espancamentos gratuitos e assassinatos sumários. Isto não significa, necessariamente, falta de “profissionalismo”, pelo menos no que se refere ao aspecto quantitativo, na finalização de processos. Também no aspecto qualitativo não resta dúvida de que os torturadores conseguiam o que queriam: incriminar pessoas. Sobretudo, padres e outros indivíduos que estariam supostamente “ligados à Tanzânia”. Ou seja, que supostamente participavam da aliança entre FRELIMO e J. Nyeréré.

Não existiam excessos neste sistema, estritamente falando. Mesmo os assassinatos não devem ser assim entendidos, pois seguiam a própria lógica da tortura, que é impossível sem certa “margem de erro”. Qual é esta lógica? Chegar o mais rapidamente ao nível de sofrimento em que a maior parte dos indivíduos acaba confessando (Fanon, 2005 [1961]: 323). O fato de que isto fosse “verdade” ou não é algo secundário, visto que o que realmente importava, na ótica dos agentes/torturadores, é se tais informações eram úteis ou não para eles finalizarem os processos e seguirem adiante com seu trabalho.

Esta lógica não pode imperar sem certa legitimidade. Na época da guerra colonial, a luta contra as forças nacionais é certamente um motivo forte. Afinal, supostamente, é preciso ter informações sobre a FRELIMO (ou a FLN) e descobrir quem participa dela. Mesmo que isto, na prática, fosse algo secundário para os agentes da tortura.

A existência do sistema colonial também o era. Não apenas pelo instinto de legalidade da ocupação colonial, por mais absurdo que este fosse. Mas, sobretudo, porque permitia a continua exploração do trabalho forçado dos presos por anos dentro do sistema prisional local. Isto, sem falar do roubo a que os presos eram vítimas quando estes eram presos pelos agentes da DGS’s, como quase todos os depoentes relatam.

O racismo foi também um dos fatores que impulsionam e legitimam a tortura e o trabalho forçado. São inúmeras as referências a isto no livro *Tortura...* Aí vale lembrar também a correlação

direta entre escravidão e racismo: o “porão de Lunda”, os instrumentos de tortura (palmatória, chicote), o trabalho na lavoura ou na “matamba” etc. Em verdade, não se tratam de um expediente para legitimar a tortura. É mais do que isto. O racismo era ali uma premissa que autoriza os assassinatos, como aqueles que muitas vezes ocorriam durante os interrogatórios. Como dizia o agente “Teixeira”: “é preto, pode morrer” (Sidone, 1977: 62). Algo que se pode comprovar de sua ação homicida em Quelimane.

Mas se a guerra e o racismo são os elementos que legitimam a tortura, a impunidade é aquilo que a torna possível do ponto de vista institucional. Isto é lembrado por Fanon e pelos Editores de *Tortura...* Mas está também evidente nos depoimentos ali presentes, pois era algo sabido pelos agentes/torturadores. Daí que se ouvia em Mocímbola da Praia, por exemplo, o famoso lema dos torturadores: “Deus sou eu” (Mendes, 1977: 60). Aliás, a certeza da impunidade era tanta que as matanças tornaram-se generalizadas. Algo que levou, por exemplo, a introdução da “dieta” prévia às torturas em Machava, a partir de 1971 (Muianga, 1977: 80). A “dieta”, ou seja, passar fome por dias, tinha por objetivo “quebrar a moral” do preso, antes dele chegar na tortura propriamente dita. Assim se pretendia aumentara chance dele começar a “confessar” antes. E, conseqüentemente, sair vivo de lá para ir depor, posteriormente, no DGS central, em Ibo

Os pontos levantados resumem o que se pode averiguar como pontos centrais, estruturantes, do sistema de tortura em Moçambique durante 1963-1974. Tratava-se de um sistema assassino e desumano, em que os sádicos se destacavam. Em particular, Chico Feio, em Manchava. Mas também os já citados Almeida (Ibo), Moura (Mocímbola da Praia), Teixeira (Quelimane).

Não resta dúvida de que a guerra colonial foi o elemento primordial que justificava este sistema. Mas também é indubitável que os dois últimos elementos citados, o racismo e impunidade, foram elementos importantes na reprodução deste. Seja por sua força ideológica, como forma de naturalização da inferioridade e desumanização - no caso do racismo -, seja pela certeza de que nada ocorreria aos agentes/torturadores, desde que o colonialismo continuasse em Moçambique.

Vale lembrar: o problema não é individual. É sabido que a violência contra o colonizado é a essência do sistema colonial, quanto mais em períodos de guerra. O torturador francês ou português na África é um patriota. Mas a questão é estruturante. É impressionante a semelhança que aí se encontra na análise de Fanon e à realidade encontrada nos depoimentos do livro *Tortura...* A única diferença substancial neste sentido é que em Moçambique os presos eram ainda obrigados ao

trabalho forçado, por anos, enquanto estivessem dentro do sistema prisional. Os roubos também são novidade. São elementos que escaparam a análise de Fanon, ou que não existiam no sistema argelino. Aí está, portanto, a contribuição específica da antiga DGS de Moçambique. Além de assassinos, sádicos, racistas e torturadores, eles eram também ladrões e escravagistas. Isto é o que a pesquisa documental aqui trabalhada aponta.

Considerações finais

Nestas considerações finais, vale a pena voltar ao ponto em que Fanon deixou a discussão: a configuração colonialista. Dizia ele que a configuração colonialista era estruturada pela dominação policial, pelo racismo sistemático e por um processo de desumanização racionalmente perseguido (Fanon, 1994 [1964]: 64). Olhar desde tal ótica é perceber que o problema das relações coloniais entre os povos, ou seja, de conquistadores e conquistados, está muito além do sistema colonial que o originou. Hoje é fácil culpar o colonialismo pela tortura. Mas está não é realmente a questão, e é isto o que Fanon disse. Em verdade, portanto, ao se discutir esta questão, não se está falando apenas do passado, mas do presente de um sistema que se mantém pela desumanização de suas vítimas, por um processo que inclui exploração (trabalho e biológica) e dominação (objetiva e subjetiva, ou seja, despersonalização).

Obviamente, as formas de manutenção deste sistema mudam historicamente. A polícia faz hoje o papel que a força militar extrema fazia anteriormente. O racismo de hoje tende a ser implícito, enquanto que o de outrora era explícito. A hierarquização de culturas aparece como uma forma de relativismo cultural. Mas na essência estas e outras formas de exploração e dominação tem a mesma finalidade: manter uma configuração colonialista. Sumariamente, a reprodução da posição de superioridade de “povos conquistadores” sobre seus “conquistados”. E, vale lembrar, entendendo a centralidade deste problema é que Fanon disse que o objetivo da revolução argelina não era “apenas” conquistar a independência nacional, mas destruir tal configuração colonialista.

Sem dúvida, cabe refletir se o termo configuração colonialista consegue abarcar toda a diversidade e complexidade deste fenômeno mundial. Este é um debate que está apenas começando, e se julga ter relevância tanto teórica quanto política

Bibliografia citada:

CHERKI, Alice. Frantz Fanon: a portrait. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2006.

FANON, Frantz. Condenados da terra. Juiz de Fora, BH: UFJF, 2005.

_____. Toward de african revolution: political essays. New York: Grove Press, 1994.

_____. (2001 [1964]). Pour la révolution africaine: écrits politiques. Un document produit en version numérique par Émilie Tremblay. Les Classiques des sciences sociales. Site web: <http://classiques.ugac.ca/>, 2001.

_____. (1980 [1964]). Em defesa da revolução africana. Lisboa: Sá da Costa Editora.

GILROY, Paul. Fanon and Améry: theory, torture and the prospect of humanism. Theory, Culture & Society. December, 2010, vol. 27, no. 7-8-16-32.

HASSAN, Manar. Frantz Fanon's "Torture Memo": a reclamation of identity and morality a new preface to The Wretched of the Earth. In: <https://manarisms.files.wordpress.com/2008/07/fanons-torture-memo.pdf>. Consultado em 10/04/2015.

VARIOS AUTORES. Tortura na colônia de Moçambique: 1963-74. Depoimentos de presos políticos. Lisboa: Afrontamentos, 1977.

WALLER, Nicole. Contradictory Violence: Revolution and Subversion in the Caribbean (English version). Gebundene Ausgabe. 2005

WHITE, Luise, MIESCHER, Stephan F., COHEN, David W. (Eds.). African Words, African voices: critical practices in oral history. Bloomington, In: Indiana University Press, 2001.